

Presidente do Senado determina que demissões ocorram segundo reclamação do procurador-geral da República. No Plenário, lembra que não cabe a ministros simplesmente recusarem convite do Legislativo

Demissão de parentes deve ser ampliada no Senado

O Senado vai rever em 72 horas todas as deliberações relacionadas à demissão de parentes de senadores e de diretores da instituição. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, que também afastou o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, autor de enunciado aprovado pela Mesa diretora e alvo de contestação do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. As revisões serão feitas por uma comissão de três servidores. **3**



"Faça-se Justiça. Cumpra-se a lei", afirma Garibaldi (à dir., na foto com o novo advogado-geral do Senado, Luiz Fernando)

Mantega e Meirelles podem ser convocados

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, poderão comparecer ao Senado não mais na condição de convidados, mas como convocados, para discutir os reflexos no país da crise financeira mundial. A possibilidade foi levantada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, depois que as duas autoridades cancelaram a audiência marcada para hoje na Comissão de Assuntos Econômicos. **4 e 5**

Renan quer garantir por MP assistência a bombeiros e policiais

Senador anunciou que pedirá ao presidente Lula a edição de uma medida provisória (MP) estabelecendo que o Fundo Nacional de Segurança Pública apóie programas de assistência psicossocial a bombeiros e policiais, seus cônjuges e dependentes. **6**

Cortes no Orçamento poupam mínimo, Bolsa Família e PAC

Possibilidade de corte de 20% nos recursos para custeio da máquina do governo é prevista em relatório preliminar de Delcídio Amaral. **2**



Gerardo Magalhães

Ao lado de Mendes Ribeiro, Delcídio (D) divulga seu relatório preliminar

Azeredo teme que noticiário estimule violência

Senador sugere à imprensa que adote autorregulamentação. **3**

Congresso homenageia Aeronáutica

Parlamentares defendem mais recursos para Forças Armadas. **8**

Parlamentar chinês propõe cooperação com o Senado

Li Zhaoxing, presidente Nacional da China, sugere intercâmbio com o Senado brasileiro. **7**



Márcia Kallme

Chen Duqing (embaixador da China) e Li Zhaoxing com Heráclito Fortes

Relatório preliminar prevê 20% de corte em custeio. Segundo Delcídio, há ainda brechas para cortes em investimentos, se necessário, sem afetar mínimo, Bolsa Família nem PAC

Crise pode mudar parâmetros na elaboração do Orçamento

O RELATOR-GERAL DO projeto da lei orçamentária anual para 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), entregou ontem ao presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), seu relatório preliminar.

Em entrevista coletiva, Delcídio explicou que o documento prevê a possibilidade de cortar até 20% dos recursos previstos para custeio da máquina do governo e deixa brechas para eventuais cortes, se necessário, nos investimentos. Ele garantiu que o salário mínimo (fixado em R\$ 464,72 para 2009), as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os programas sociais não serão afetados.

O relatório informa que estão programadas no projeto da lei orçamentária para 2009, 176 ações que não constam do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 e que, por isso, deverão ser eliminadas. Os cortes a serem realizados em custeio e, possi-



Delcídio (D, com Mendes Ribeiro): máximo de R\$ 8 milhões por emenda individual

velmente, em investimentos, vão gerar recursos da ordem de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões, que vão compor um fundo de reserva, ou "fundo de estabilidade fiscal".

Delcídio não descartou a hipótese de os principais parâmetros e projeções econômico-fiscais utilizados pelo Executivo na elaboração da proposta – e mantidos no relatório – virem a ser modificados pela equipe econômica do governo em novembro. As mudanças, explicou,

adviriam, sobretudo, da possibilidade de queda no crescimento dos países desenvolvidos.

O texto prevê crescimento real de 4,5% do produto interno bruto (PIB) do Brasil para 2009. O valor médio do dólar para o próximo ano foi estimado em R\$ 1,71 (o câmbio hoje está em R\$ 2,11). Delcídio manteve o limite máximo global de R\$ 8 milhões para emendas individuais e o número máximo de 25 emendas por mandato parlamentar.

Foto de Geraldo Magela

listas é do Congresso, que não regulamentou o direito à greve no serviço público". O senador classificou o confronto como ilegal e frisou que greve armada é inadmissível.

– Com isso, esses policiais jogam no lixo as leis que deveriam fazer cumprir; com isso, ameaçam as vidas dos cidadãos que pagam seus impostos e querem um serviço público de qualidade – ressaltou.

Em aparte, Mário Couto (PSDB-PA) considerou que "o mais grave é a infiltração de pessoas sem ligação com a Polícia Civil na manifestação contra o governo paulista", e citou o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP).

Jarbas diz que "Lula confunde motim com greve de professores"

Ao analisar o confronto entre policiais ocorrido na semana passada em São Paulo, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) disse que o presidente Lula "confunde motim com greve de professores, ao classificar como passeata democrática a tentativa de invasão do Palácio dos Bandeirantes por um grupo de policiais armados e sindicalistas". O senador elogiou o comportamento do governador de São Paulo, José Serra.

– A vaidade subiu à cabeça do presidente Lula, que, vez por outra, vê destempero de toda natureza. No domingo, ele já havia dito na Grande São Paulo que, por causa da sua alta popularidade, podia fazer o que quisesse; que o país não tem mais formadores de opinião; que já foi a época em que ele se incomodava com o artigo de um jornalista ou com o editorial de um grande jornal. Isso é típico de regime autoritário, de ditaduras – afirmou.

Jarbas disse que, "em parte, a culpa da permissividade daqueles policiais e sindic-

Jarbas: policiais que se confrontaram em São Paulo "jogaram as leis no lixo"

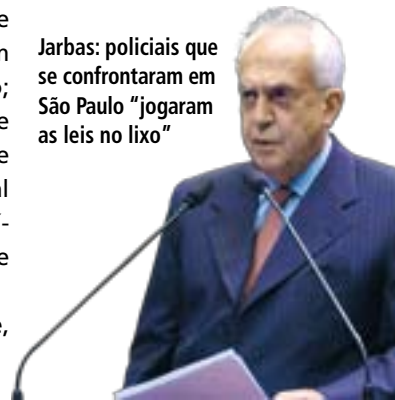


Foto de Geraldo Magela

Comissão realiza seminários em nove capitais

A Comissão Mista de Orçamento começa amanhã, no Ceará, o roteiro de debates regionalizados sobre o projeto da Lei Orçamentária Anual de 2009. O ciclo de nove seminários abertos à comunidade será encerrado em Brasília, no dia 4 de novembro.

O valor total da proposta orçamentária para 2009 é de R\$ 1,66 trilhão, dos quais R\$ 525,5 bilhões referem-se ao refinanciamento (rolagem) da dívida pública, de cunho meramente contábil. Desconsiderando-se esse valor, o Orçamento Geral da União efetivo atinge R\$

1,13 trilhão, dos quais R\$ 79,7 bilhões correspondem ao orçamento de investimento das empresas estatais federais e R\$ 1,05 trilhão aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Além de analisar as matérias orçamentárias, as discussões vão possibilitar a elaboração participativa do Orçamento por meio da consulta popular. A CMO modernizou o programa Fiscalize (www.camara.gov.br/orcamento), incluindo a possibilidade de consulta a empenhos da União a estados e municípios.

As assembleias legislativas

dos estados sediarão a maioria das reuniões. Amanhã, serão realizados seminários às 9h, em Fortaleza, e às 16h, no Recife.

No dia 28 de outubro, às 9h30, o seminário ocorre em Campo Grande. Manaus sediará o debate em 30 de outubro, às 14h. Em Goiânia, as discussões serão em 31 de outubro, às 9h, na Câmara Municipal de Vereadores. Em 3 de novembro ocorrem seminários em Porto Alegre, às 9h; e em Vitória, às 17h. No dia 4, o debate será em Belo Horizonte, às 9h; e em Brasília, às 16h, na Câmara dos Deputados.

Mesquita destaca sugestão sobre telefonia celular

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) anunciou que levará ao ministro das Comunicações, Hélio Costa, proposta para que a identificação das operadoras de celular passe a ficar exposta no visor dos aparelhos sempre que uma ligação é feita ou recebida. O senador disse que a sugestão lhe foi enviada por e-mail por um cidadão.

– As empresas oferecem promoções de tarifa zero para ligações feitas para a mesma operadora, mas, muitas vezes, a gente liga pensando se tratar da mesma empresa e não é. Então, a gente acaba pagando a tarifa, acreditando se tratar de uma ligação feita dentro do plano promocional – explicou.

Mesquita Júnior também comentou matéria publicada no jornal *A Tribuna*, do Acre, noti-

ciando que, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad), 23% das famílias no estado vivem com renda *per capita* de até um salário mínimo, quase beirando a chamada linha da pobreza.

– O que não compreendo é como não chega aporte de recursos para programas de renda importantes do governo que tenham como objetivo combater efetivamente a fome no Brasil, mas são liberados recursos para combater essa crise internacional e socorrer aqueles que sempre ganharam e sempre estiveram na crista da onda e continuarão milionários. Não consigo conviver com uma lógica dessa.

Para Mesquita Júnior, "essa situação deixa a impressão de que as grandes empreitadas do país só servem para socorrer



Mesquita propõe que operadora seja identificada nas chamadas de celular

banqueiros".

– As reservas não podem ser utilizadas para o incremento de programas sólidos e consistentes de socorro às pessoas que estão à míngua, passando fome, e são milhões. Que deixem quebrar esses banqueiros e vamos voltar nossas vistas e nossa atenção ao que realmente importa no nosso país – concluiu.

Foto de Leopoldo Silva

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

Às 14h o Plenário realiza sessão não-deliberativa, destinada a pronunciamento de senadores. Entre os inscritos, estão os senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Valter Pereira (PMDB-MS).

CCJ vota projeto sobre fumo em ambientes fechados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se, às 10h, para votar projeto que proíbe o uso de produtos derivados do tabaco em ambientes fechados. Dentre os 24 itens em pauta está ainda a proposta que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias vindas do Paraguai (Projeto do Sacoleiro); e a que visa abolir o exame necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Audiência discute aplicação de prova escolar aos sábados

Projeto que proíbe a realização de provas aos sábados em respeito a preceitos religiosos será debatido em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), às 10h. Estão convidados representantes da Confederação Israelita do Brasil, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, da Associação Nacional de Educação Católica, da Igreja Adventista do Sétimo Dia e da Igreja Universal do Reino de Deus.

Garibaldi comemora 20 anos da Constituição

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, participa, às 11h no Palácio do Planalto, da cerimônia comemorativa dos 20 anos da Constituição Cidadã; às 14h30, recebe o governador de Rondônia, Ivo Cassol, e o ex-senador Odacir Soares. Às 15h30, participa de audiência com os membros da Associação Nacional de Jornais (ANJ): a superintendente da *Folha de S. Paulo* e presidente da ANJ, Maria Judith; o diretor-executivo da associação, Antonio Athayde; o diretor-geral da RBS, Paulo Tonet Camargo; e o assessor de Relações Governamentais da ANJ, Júlio César Vinha. Às 16h, preside a sessão do Senado.

Azeredo pede a divulgação menos ostensiva de crimes



Eduardo Azeredo destaca a necessidade de a imprensa ser livre

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ao comentar o recrudescimento da violência nas últimas semanas – com a greve da Polícia Civil de São Paulo, o seqüestro e morte da jovem Eloá Pimentel, em Santo André (SP), e o assassinato do empresário Arthur Sendas, no Rio de Janeiro –, sugeriu à imprensa que adote uma postura de auto-regulamentação, evitando a divulgação excessiva de

casos de violência a exemplo do que já ocorre com os suicídios. – Será que o noticiário exacerbado não faz com que mais crimes aconteçam? A divulgação a todo minuto não faz com que novos casos possam surgir? – questionou em discurso em Plenário.

O parlamentar frisou a necessidade e a importância de a imprensa ser livre, mas apontou o problema da divulgação ostensiva, “até com helicópteros”, que influencia parte da população, pois os criminosos “aprendem no noticiário e fazem igual”.

Ao mesmo tempo, Azeredo destacou o papel positivo da imprensa ao divulgar a doação dos órgãos de Eloá, o que beneficiou várias pessoas. Essa exposição, segundo observou, faz com que cresça a conscientização da sociedade e, conseqüentemente, também o número de doações de órgãos.

Suplicy expressa solidariedade à família de Eloá

“Quem ama não mata”, disse Eduardo Suplicy (PT-SP), ao discursar, citando cartazes expostos no enterro da jovem de 15 anos Eloá Cristina Pimentel, morta em Santo André (SP) após ter sido mantida refém pelo ex-namorado Lindemberg Alves por cerca de cem horas. O senador solidarizou-se com a família de Eloá e elogiou os pais por terem autorizado a doação de órgãos da garota, ressaltando que o ato beneficiará sete dos 70 mil brasileiros que esperam na fila do Sistema Nacional de Transplantes.

– É importante que possam os familiares de pessoas falecidas terem esse gesto tão bonito para que pessoas possam viver – observou o senador, mencionando o caso de Maria Augusta Silva dos Anjos, de 39 anos, que recebeu o coração da adolescente e poderá agora ter uma



Suplicy ressalta importância da doação de órgãos da garota assassinada

vida normal.

Suplicy disse que apresentará requerimento de pesar pela morte de Eloá e de solidariedade à sua família. Emocionado, ele informou ainda que sua irmã e madrinha, Maria Tereza Lara Campos, se encontra em estágio avançado de leucemia.

Em apartes, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, também se solidarizaram com a família de Eloá e com o colega Suplicy. Garibaldi lembrou declaração do irmão de Eloá, o qual frisou que a garota iria reviver, porque seus órgãos haviam sido doados.

Caso não é típico da violência brasileira, avalia Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, considera o caso de Lindemberg Alves, que assassinou a namorada Eloá Pimentel após mantê-la por cem horas em cárcere privado, um caso atípico na situação de violência vivida pelo Brasil. Mesmo assim, entende que o Legislativo deve manter-se alerta para produzir leis que aumentem a segurança no país.

Na opinião de Garibaldi, o Senado tem feito sua parte na discussão da violência e na elaboração de normas capazes de preveni-la e de ampliar a punição de crimes. O senador lembrou, no entanto, que a imprensa tem ressaltado que o assassino de Eloá era um jovem de conduta normal e que ninguém esperava que ele se transformasse num criminoso. Garibaldi foi também in-

dagado sobre a atuação da polícia no caso. O presidente do Senado respondeu que, por mais desastrosa que seja uma operação policial, ele não poderia julgá-la, por desconhecer as circunstâncias do crime.

Questionado sobre o Judiciário, que freqüentemente colocaria em liberdade criminosos sem condições de voltar às ruas, Garibaldi ressaltou que as leis são feitas por pessoas sujeitas a erros.

– O que temos de querer é que a legislação seja feita por legisladores, que aqueles que vão julgar sejam os juízes, e que aqueles que vão governar sejam os governantes. O que não podemos é tolerar o Legislativo querendo dar uma de governo, e o governo e o Judiciário querendo legislar – concluiu.

Senador afirma que Casa seguirá entendimento contido em reclamação feita pelo procurador-geral da República ao STF e nomeia comissão para tratar do assunto

Garibaldi anula decisão do Senado sobre nepotismo

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves Filho, decidiu na tarde de ontem anular o ato da Mesa do Senado que aprovou enunciado da Advocacia Geral do Senado com orientações sobre como a Casa deveria agir para o cumprimento da Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal, que proíbe o nepotismo (contratação de parentes) nos Três Poderes.

Ao mesmo tempo, Garibaldi anunciou que o Senado seguirá o entendimento contido em reclamação do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, apresentada ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) após considerar que houve descumprimento, por parte do Senado, da decisão da corte. O procurador pede ao Supremo que suspenda o cumprimento do ato da Mesa do Senado (Ato 7/08), por entender que ele cria “exceções textualmente não previstas na Súmula Vinculante 13”.

O procurador questionou alguns pontos do enunciado da Advocacia do Senado, entre eles um que exclui da demissão funcionários comissionados que sejam parentes de senadores, mas contratados antes da posse do parlamentar. Segundo Antonio de Souza, o STF deve se pronunciar também sobre a contratação de parentes de ex-senadores, pois entende que os ex-parlamentares continuam participando



Garibaldi Alves diz que “todas as deliberações já tomadas serão revistas”

do “jogo político” nos “bastidores” e, assim, com poder de influenciar na nomeação de parentes.

Afastamento

Garibaldi decidiu ainda afastar do cargo o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, nomeando para seu lugar o consultor legislativo da Casa Luiz Fernando Bandeira de Mello. Para o senador, Cascais “não se mostrou à altura do desafio” e elaborou um enunciado que foi “alvo de condenação do procurador-geral da República”.

Ao mesmo tempo, o presidente do Senado criou uma comissão, com três funcionários da Casa, para atender à reclamação do procurador-geral. Isso significa, na expressão de Garibaldi, que “todas as deliberações já tomadas serão revistas de acordo com a deci-

são do procurador”.

A comissão terá poderes para acrescentar novos casos de demissão, levando em consideração a reclamação do procurador da República. É integrada por Sérgio Penna, Bruno Dantas (consultores do Senado) e Agaciel Maia, diretor-geral da Casa. O presidente deu prazo de 72 horas para que a comissão apresente providências para que o Senado siga as orientações do procurador-geral.

– O enunciado do Senado não existe mais. O que existe é a reclamação feita pelo procurador-geral da República. Faça-se Justiça. Cumpra-se a lei – afirmou Garibaldi.

O senador não quis responder a perguntas dos jornalistas, informando apenas que o relator da reclamação será o vice-presidente do STF, ministro Cezar Peluso.

Na reclamação, procurador questiona 4 pontos

Na reclamação feita ao Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, sustenta que, na falta de detalhamento, a Súmula 13, que proibiu o nepotismo nos três Poderes, vem sendo aplicada com exagero ou com restrições no serviço público. Afirma que tem havido demis-

sões de servidores efetivos que nada têm a ver com nepotismo e sugere que o assunto está a merecer “detida reflexão” do STF.

O procurador observa que algumas autoridades estão entendendo que há nepotismo na contratação de parentes dentro de todo o governo federal, e não só em relação à contratação em um órgão público ou Poder. Destaca ainda que muitas “assimetrias” ocorrem por causa do medo que administradores têm da acusação de improbidade administrativa.

No caso do Senado, o procurador pede ao STF que suspenda a aplicação de quatro itens do Enunciado 13 da Advocacia

da Casa, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora 7/08. Ele entende que “foram criadas exceções textualmente não previstas na Súmula Vinculante 13” do STF. O advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, havia solicitado a manifestação do procurador sobre o assunto.

No primeiro ponto questionado, Antonio Fernando de Souza observa que a súmula veda a nomeação de “parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau” sem qualquer limitação. Entretanto, diz que a Advocacia do Senado entende que a proibição se restringe apenas “aos irmãos do cônjuge ou companheiro” (segundo grau).

Em outro item, continua o procurador, a decisão do Senado excetua da proibição de exercer cargo comissionado servidores que detêm cargo efetivo, desde que não seja constatado vínculo hierárquico entre parentes de até 2º grau, nos termos da Lei

8.112/90 (regime jurídico dos servidores públicos civis da União). Para ele, a Advocacia, nesse caso, fugiu à súmula vinculante, para aplicar a lei que rege os servidores.

No terceiro questionamento, o procurador diz que a interpretação do Senado não considera nepotismo os parentes de parlamentares já contratados (sem concurso público) antes do início do mandato. Ele pergunta ao STF se isso legitima a contratação, pois, a seu ver, ela fere o objetivo da Súmula 13.

Finalmente, Antonio Fernando de Souza entende que também fere a súmula a decisão da Advocacia do Senado de não considerar nepotismo a contratação de parentes de ex-senadores ou de ex-chefes do Senado aposentados. Para ele, ex-parlamentares continuam nos bastidores do “jogo político”, podendo conseguir nomeações de parentes.

O procurador-geral pede que o STF, antes de julgar o mérito, conceda liminar suspendendo a aplicação dos quatro pontos do enunciado da Advocacia, lembrando que a súmula vale desde o dia de sua publicação.

“Foram criadas exceções não previstas”, afirma Antonio Fernando de Souza na reclamação ao STF



Expedito Júnior é autor do projeto, que já pode ser votado pela CAE

Repasso pode ser condicionado a vínculo formal com agente de saúde

Já está pronto para entrar na pauta de votação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei de autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO) determinando que a União somente repassará recursos aos gestores municipais do Sistema Único de Saúde (SUS) para

pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias caso os profissionais tenham vínculo trabalhista formalizado.

Expedito Júnior observa que, atualmente, apesar de dispositivos legais, muitos agentes espalhados pelo país continuam

em situação irregular, inclusive no tocante as obrigações funcionais e trabalhistas. O projeto (PLS 10/08) tem parecer favorável do senador Gim Argello (PTB-DF).

– Tenho certeza de que essa vinculação de repasse de recursos permitirá fazer justiça

a milhares de brasileiros que sacrificam as suas vidas para garantir condições mínimas de saúde, especialmente às camadas mais sofridas da população, dando efetividade à legislação já aprovada pelo Congresso Nacional [Emenda Constitucional 51/06 e Lei 11.350/06].

Projeto de Paim amplia lista de atividades de risco

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda recebimento de emendas, projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de considerar perigosa a atividade profissional que implique risco iminente de acidente ou violência física. De acordo com o autor do texto, a proposta visa dar proteção legal a trabalhadores como salva-vidas, vigilantes, vigias e seguranças.

Conforme a legislação, “são consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou método de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado”. Com o projeto (PLS 387/08), Paim quer incluir no texto da CLT as atividades sujeitas a “exposição à situação de risco de vida, perigo iminente ou violência física”.

Ao defender a mudança na legislação, Paim lembra que salva-vidas, vigias e seguranças privados estão sujeitos cotidianamente ao risco de vida e à violência física.

O senador explica ainda que a CLT prevê um adicional de 30% sobre o salário do empregado que trabalha em condições de periculosidade, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.



Paim alega que trabalho de profissionais como vigias é perigoso

Renan quer garantir, por MP, proposta sobre segurança

Senador anuncia que pedirá ao presidente Lula a edição de medida provisória para estabelecer financiamento a programas de assistência psicossocial a bombeiros e policiais

O SENADOR RENAN Calheiros (PMDB-AL) anunciou que pedirá ao presidente Lula a edição de uma medida provisória (MP) estabelecendo que o Fundo Nacional de Segurança Pública apóie programas de assistência psicossocial a bombeiros e policiais, seus cônjuges e dependentes. Renan, autor de projeto de lei com esse teor, argumentou que a área de segurança vive uma crise e que a tramitação da matéria pode demorar.

O projeto de Renan (PLS 97/08) foi aprovado na semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e deve ser examinado ainda, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois disso, será enviado à apreciação da Câmara dos Deputados.

– A segurança vive uma das piores crises da sua história. E ela é grave, porque afeta a segurança social na medida em



Renan: rotina de policiais estressa muitos deles ou suas famílias

que gera instabilidade, afeta a produtividade das empresas, aumenta o custo dos serviços públicos, piora o já caótico trânsito das cidades e causa ineficiência geral – disse o senador.

Renan assinalou que “os exemplos desse caos moderno parecem já estar incorporados ao dia-a-dia do país, lembrando episódios recentes como o seqüestro e morte da menina de

15 anos Eloá Cristina Pimentel, em Santo André (SP); o conflito entre polícias militar e civil na capital paulista; e os assassinatos do empresário Arthur Sendas e do diretor do presídio Bangu 3, José Roberto do Amaral Lourenço, no Rio de Janeiro.

O senador afirmou que a rotina dos policiais acarreta estresse e depressão em vários deles, o que leva muitos a agredirem os próprios familiares ou a recorrerem ao abuso de álcool e outras drogas. Ele registrou ainda que os policiais civis de todo o Brasil estão programando uma paralisação de atividades por 24 horas no dia 29 de outubro em solidariedade aos colegas da capital paulista. Para Renan, as reivindicações são justas, pois os salários dos policiais civis estão “achatados e defasados”.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Romeu Tuma (PTB-SP) e Mário Couto (PSDB-PA) elogiaram o pronunciamento em apartes.

Mudança na divisão do seguro obrigatório

Parte dos recursos do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores (DPVAT) pode passar a ser repassada diretamente para estados e municípios, de acordo com projeto apresentado por Marconi Perillo (PSDB-GO).

Conforme o projeto (PLS 16/08), 35% do valor do prêmio total recolhido pelo DPVAT será destinado ao Fundo Nacional de Saúde e 15% aos fundos estaduais e municipais. As verbas serão usadas exclusivamente para custeio da assistência médico-hospitalar de segurados vítimas em acidentes de trânsito. A legislação atual determina o repasse ao Sistema Único de Saúde

(SUS) de 50% do valor total do prêmio. “Provenientes de várias fontes e reunidos no Fundo Nacional de Saúde, os recursos do SUS são gerenciados em globo, não sendo, portanto, os recursos do DPVAT transferidos especificamente para os hospitais públicos que mais acolhem as vítimas de acidentes de trânsito”, disse o senador.

Marconi explica que, em sua maior parte, os gastos hospitalares com vítimas de acidentes recaem sobre os estados e municípios que dispõem de unidades de saúde destinadas a urgências e emergências, e uma das principais fontes de custeio desses encargos é o seguro obrigatório.



Marconi quer repasse direto do DPVAT para fundos dos estados e municípios

A matéria aguarda exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será relatada por João Vicente Claudino (PTB-PI). Se aprovada, será examinada terminativamente na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Tuma é autor de proposta que visa reduzir ausências nas eleições

Sala especial para eleitor idoso ou com deficiência

Os eleitores idosos, deficientes físicos e demais portadores de necessidades especiais poderão passar a contar com uma sala especial de votação, no dia da eleição. A viabilização dessa sala em cada local de votação está prevista em projeto de Romeu Tuma (PTB-SP) que começou a ser analisado neste mês, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta (PLS 383/08) altera o artigo 135 do Código Eleitoral (Lei 4.737/65) para determinar aos tribunais regionais eleitorais que, a cada eleição, enviem “instruções aos juizes eleitorais, para orientá-los na escolha dos locais de votação de mais fácil acesso” para eleitores com necessidades especiais.

Acesso

Para justificar a necessidade da medida, Tuma explica que, atualmente, em razão de filas imensas, dificuldades de acesso ao local de votação e intempéries, muitos eleitores que necessitam de atendimento especial acabam deixando de votar. Os problemas, esclarece, impedem até mesmo a justificativa de ausência, ficando esses eleitores sujeitos a multas impostas pela legislação.

O senador lembra que, dos 189,6 milhões de brasileiros, 24 milhões possuem algum tipo de deficiência e outros 27,6 milhões são idosos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Casildo Maldaner • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Leopoldo Silva

Jefferson resalta o caráter acolhedor do povo manauara

Jefferson Praia registra os 339 anos de Manaus

Jefferson Praia (PDT-AM) parabenizou a cidade de Manaus, que completa 339 anos na sexta-feira. Ele ressaltou o caráter acolhedor do povo manauara, capaz de ceder “a melhor rede ao visitante”, e afirmou que “as árvores parecem bater palmas” para os que chegam à capital do Amazonas.

O senador também mencionou a importância do Pólo Industrial de Manaus, com 500 empresas que geram mais de 100 mil empregos diretos e 400 mil indiretos.

Jefferson Praia lembrou-se ainda de “um amazonense especial”, o senador Jefferson Péres, falecido este ano.



Leopoldo Silva

Mozarildo: jornal surgiu antes de Roraima virar estado

Mozarildo presta homenagem à Folha de Boa Vista

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) homenageou da tribuna o jornal *Folha de Boa Vista*, periódico mais antigo do seu estado, que comemorou ontem 25 anos de fundação.

– Parece pouca coisa se comparado a outros jornais, mas, para um estado que completou 20 anos de existência neste ano, significa dizer que esse jornal já existia quando Roraima era apenas território federal.

Mozarildo fez homenagem especial ao proprietário do órgão de comunicação, Getúlio Cruz; a sua filha e diretora Paula Cruz; e ao corpo de profissionais do periódico.

Senadores da Comissão de Relações Exteriores debatem laços bilaterais com presidente de comissão similar da Assembléia Popular Nacional da China e comitiva



Marcio Kolumbe

Li Zhaoxing debate com senadores, ao lado de Heráclito Fortes e Eduardo Azeredo, presidente e vice da CRE

Parlamento chinês quer intercâmbio com o Senado

O PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Popular Nacional da China, Li Zhaoxing, propôs ontem a adoção de um mecanismo permanente de intercâmbio com o Senado brasileiro, nos mesmos moldes de um memorando firmado em 2006 com a Câmara dos Deputados. A proposta foi apresentada durante reunião com integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Zhaoxing visitou a comissão juntamente com uma comitiva que contou com a presença de três outros integrantes do Comitê Permanente da Assembléia Popular da China e do embaixador da China no Brasil, Chen Duqing.

Em sua exposição inicial aos integrantes da CRE, o presidente da comissão chinesa disse que, apesar da distância entre Brasília e Pequim, os dois países têm muitas posições em comum – como a defesa de uma ordem internacional mais justa. Em sua opinião, a crise financeira internacional demanda um reforço no relacionamento Sul-Sul para que sejam salvaguardados os interesses dos países em desenvolvimento.

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), ressaltou que Brasil e China experimentam atualmente a melhor fase das relações bilaterais. E concordou com seu colega chinês a respeito da necessidade de um maior relacionamento

do Senado com a Assembléia Popular da China.

– Se já tínhamos uma aproximação com a China, a crise internacional determina que essa aproximação se intensifique – afirmou Heráclito.

Crise financeira

O vice-presidente da CRE, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), agradeceu igualmente a iniciativa de aproximação com o Senado e cumprimentou os chineses pelo sucesso da organização dos Jogos Olímpicos de Pequim. Em seguida, pediu maiores informações a respeito do reflexo da crise internacional sobre a economia da China.

Zhaoxing disse que seu país observa com atenção a crise e que a economia chinesa cresceu 9,9% nos nove primeiros meses do ano.

Serys Shessarenko (PT-MT) relatou a sua participação nos debates sobre meio ambiente com parlamentares do chamado G8 + 5, ou seja, os oito países mais ricos e os cinco principais países em desenvolvimento, entre os quais a China e o Brasil. Ela afirmou que os dois países terão um papel muito importante na definição das regras para conter o aquecimento global.

Eduardo Suplicy (PT-SP) narrou as duas visitas que fez à China, em 1976 e 2007, e relatou ter sido informado, em Pequim, de que seria possível garantir uma renda básica a cada cidadão chinês até 2020.

Crise pode gerar oportunidade, afirma Garibaldi

O Brasil e a China devem buscar a melhor maneira de enfrentar a crise financeira internacional e até de “tirar proveito dela”, disse ontem o presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao receber o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembléia Popular Nacional da China, Li Zhaoxing.

Durante o encontro, que contou com a participação da delegação de parlamentares chineses e do vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o presidente do Senado afirmou estar convencido do importante papel que a China desempenha no mundo.

– Como dizem os próprios chineses, toda crise tem dois lados. E nós devemos buscar o lado da oportunidade – sugeriu Garibaldi.

Zhaoxing – que foi ministro das Relações Exteriores de seu país entre 2003 e 2007 – convidou o presidente do Senado a visitar Pequim. E disse que seu país está disposto a intensificar a parceria estratégica que mantém com o Brasil.

Garibaldi elogiou a organização dos Jogos Olímpicos e, em tom de brincadeira, lamentou que os atletas chineses não tenham permitido aos brasileiros ganhar mais medalhas. Zhaoxing lembrou que o Brasil conquistou mais medalhas *per capita* do que a China.

Projetos de Marisa regulamentam pleito no Parlasul

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentou dois projetos estabelecendo regras para eleições ao Parlamento do Mercosul (Parlasul). Uma das propostas define o percentual de vagas a ser reservado para candidaturas de cada sexo àquela Casa legislativa, e a outra disciplina a propaganda eleitoral em rádio e televisão.

O primeiro projeto (PLS 393/08) determina que cada partido reservará um mínimo de 30% das vagas de candidatos para cada sexo, nos moldes da legislação vigente no Brasil. A senadora explica que o objetivo é assegurar o cumprimento de protocolo constitutivo do Parlasul, segundo o qual a eleição dos parlamentares procurará assegurar uma adequada representação por gênero, etnias e regiões, conforme as realidades de cada estado.

– A participação da mulher nas atividades políticas é conquista relativamente recente e é de todo recomendável que ela seja estimulada tanto por meio da adequada educação das meninas com vistas à futura participação política, como também por meio de legislação que assegure essa atuação – defende a senadora.

Rádio e TV

A outra proposta (PLS 381/08) apresentada por Marisa Serrano determina que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) expedirá normas regulando a propaganda eleitoral dos candidatos ao Parlasul no rádio e na televisão brasileiros. Destaca que os programas deverão também instruir o eleitor sobre a natureza do Parlamento do bloco, sua função e sua importância.

As duas proposições serão votadas pela Representação Brasileira no Parlasul e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, cabendo a esta decisão terminativa.



Genaldino Magalhães

Iniciativas de Marisa Serrano terão deliberação terminativa na CCJ



Jane Araújo

Simões discute com Garibaldi efetivação da assembleia dos países da comunidade

Secretário-executivo da CPLP visita o Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, recebeu ontem o secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Domingos Simões Pereira, que realiza sua primeira visita ao Brasil desde que assumiu o cargo, em julho passado. O principal assunto do encontro foi a efetivação da Assembléia Parlamentar dos Países de Língua Portuguesa, criada para reforçar as relações entre os integrantes da comunidade.

Integram a organização Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste. Para concretizar a criação da assembleia, é necessário que cada país indique um parlamentar para dar início ao processo. Presente ao encontro, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) considerou importante que o Brasil adote logo essa providência.

A agenda de Simões Pereira inclui visitas a São Paulo, Sal-

vador, Rio de Janeiro e Brasília, participando de encontros, seminários e visitas a museus, a empresas e à Academia Brasileira de Letras.

Ao sair do encontro, Simões Pereira definiu como positiva a reforma ortográfica que o Brasil adotará em 2009. Ele mencionou a participação da população e a ampla divulgação pelos meios de comunicação como instrumentos para a concretização da reforma.

Raupp defende aparelhamento e modernização

Na sua homenagem à instituição, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) advertiu para a necessidade de reaparelhamento e modernização da Força Aérea Brasileira, para que ela possa cumprir a missão de assegurar a soberania nacional, especialmente na Amazônia.

– Para isso, a ação decidida do ministro Nelson Jobim, à frente do Ministério da Defesa, tem-nos dado esperanças de que nossa Força Aérea conseguirá, finalmente, modernizar-se para fazer frente aos desafios do Brasil de hoje – assinalou.

O senador afirmou que, desde os pioneiros tempos do Correio Aéreo Nacional até às modernas atividades de proteção da Amazônia, no bojo do Projeto Sivam, a FAB tem sido uma das principais garantidoras da soberania nacional.

Na opinião de Raupp, o Projeto Sivam, sob a responsabilidade da FAB, tem sido um dos fatores decisivos para o processo de integração daquela área às demais regiões do país. Seja na aviação civil, seja na aviação militar, observou ele, o Brasil conta com “um corpo de dedicados aviadores” voltado para o atendimento dos interesses da nação.

Na avaliação do senador, o Brasil é hoje um ator importante no cenário aeronáutico mundial. Participa de programas internacionais de exploração de espaço, desenvolve aviões utilizados em diversos países e atua em quase todos os domínios do transporte aéreo, da fabricação à comercialização, salientou.

Autor do requerimento para a realização da homenagem, juntamente com a deputada Rebecca Garcia, Raupp destacou o papel de Santos Dumont no desenvolvimento da aviação. Rebecca Garcia chamou a atenção para o gênio inventivo de Dumont e ainda para sua condição de criador da aviação.

Amazônia Azul

O senador Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou o papel da Força Aérea Brasileira, em conjunto com a Marinha, na proteção da “Amazônia Azul”, referindo-se à plataforma marítima brasileira.

O esforço empreendido pela FAB em prol da integração da Amazônia também foi destacado pelo senador, tanto do ponto de vista social, de ajuda à população, quanto da defesa da soberania brasileira na região.

Tuma solicitou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que destine mais recursos para as Forças Armadas.

Congresso faz sessão solene para homenagear a Aeronáutica e o Dia do Aviador. Parlamentares lembram importância do papel da Força e cobram reaparelhamento



Raupp (D) discursa: à mesa, Rebecca Garcia, Osmar Serraglio, Garibaldi, Juniti Saito, Enzo Martins e Flávio Lencastre



Convidados lotam o Plenário e as galerias do Senado: homenagem foi requerida por Valdir Raupp e Rebecca Garcia

Garibaldi: Aeronáutica não deve sofrer corte de recursos

NA ABERTURA DA sessão solene do Congresso que homenageou ontem a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Dia do Aviador, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, destacou a relevância das missões que a Aeronáutica realiza junto a comunidades carentes e isoladas e manifestou a convicção de que os recursos previstos para essa Força Armada no Orçamento da União para 2009 não sofrerão cortes.

O requerimento para a realização da solenidade no Plenário do Senado foi apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) e pela deputada Rebecca Garcia (PP-AM). A sessão foi presidida pelo senador Garibaldi Alves e pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que representou o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Depois da execução do Hino Nacional pela Banda Militar da Aeronáutica, Garibaldi chamou, para compor a Mesa, os comandantes da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, do Exército, general Enzo Martins Peri, e da Marinha, almirante

Júlio Soares de Moura Neto, e o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), brigadeiro Flávio de Oliveira Lencastre.

Garibaldi se disse honrado por receber no Congresso, ao mesmo tempo, “tantos militares ilustres”. Ele saudou também os oficiais que serão agraciados com a Ordem do Mérito da Aeronáutica, na quinta-feira, no Palácio do Planalto.

Missões

O presidente do Senado manifestou sua convicção de que os recursos previstos para a Aeronáutica no Orçamento da União para 2009 não sofrerão cortes em virtude da crise financeira internacional. Para ele, as Forças Armadas não podem mais ser prejudicadas, uma vez que têm sofrido carências de verbas ao longo do tempo, estando, agora, em fase de reaparelhamento e recuperação de salários.

Garibaldi salientou a relevância

das missões que a Aeronáutica realiza junto a comunidades isoladas e carentes, em especial o trabalho de ação cívico-social, em que parte do efetivo é deslocada para atender a brasileiros que vivem em diferentes pontos do território nacional. Ele citou ainda as Missões de Misericórdia, nas quais é feito o transporte

Presidente do Senado destaca relevância de missões em comunidades isoladas

de enfermos, e as missões de busca e salvamento para ajudar no resgate de acidentados.

O senador também destacou que a Força Aérea Brasileira presta importante auxílio operacional a órgãos públicos, como no transporte de vacinas, durante campanhas promovidas pelo Ministério de Saúde, e de urnas eleitorais. E lembrou o apoio prestado em calamidades, como enchentes e secas.

A sessão foi encerrada com o Hino do Aviador, também executado pela Banda da Aeronáutica..

Mozarildo exalta ações cívico-sociais

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou o papel desempenhado pela Aeronáutica na Amazônia e, em particular, em Roraima, por meio do Correio Aéreo Nacional (CAN) e das missões cívico-sociais em comunidades mais carentes. Ele lembrou que deputados e senadores, preocupados com a soberania e a integração nacionais, sempre apresentam emendas ao Orçamento para reforçar o caixa das Forças Armadas.

Citando o tráfico de armas e de drogas na Amazônia, ele disse que, na região, as fronteiras ficam “quase desguarnecidas”, apesar dos grandes esforços dos militares, que atuam com contingentes insuficientes e equipamentos arcaicos.

Mozarildo criticou o governo federal pela demarcação de reservas indígenas, e afirmou que, por causa de Raposa Serra do Sol, essas zonas de fronteira estão sendo despovoadas com a expulsão de fazendeiros.

Soberania

Por sua vez, Heráclito Fortes (DEM-PI) ressaltou sua boa convivência com as Forças Armadas, na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ele frisou que, num país grande como o Brasil, a aviação sempre representou uma ferramenta de integração nacional e de defesa da soberania.

Para Heráclito, são histórias de sucesso aeronáutico no Brasil os remédios, as cartas e os alimentos entregues pelo CAN. Também destacou a contratação de pilotos brasileiros “a peso de ouro” por empresas aéreas da China, Cingapura e Emirados Árabes, além do avanço empresarial da Embraer, que “consegue se enraizar até nos Estados Unidos”. Conforme salientou, o avião EMB-145 está sendo usado em 79 países.

Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que o Brasil e o mundo viveram um momento fundamental, no dia 23 de outubro de 1906, com o voo do 14-Bis, de Santos Dumont. “Esse mineiro demonstrou que vale a pena sonhar”, disse.

Ao elogiar o trabalho do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e do Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), Azeredo afirmou que os brasileiros têm sido pioneiros no setor aeroespacial e demonstrado competência, tanto com a Embraer quanto com a Helicópteros do Brasil S.A (Heli-brás). Advertiu, porém, que, na indústria aeronáutica, “a atualização tecnológica precisa de verbas constantes para enfrentar desafios que são cotidianos”.